A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DE PESSOAS SURDAS EM JACOBINA-BA: REFLEXÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Jéssica Carolaine Barros dos Santos[1]

Antenor Rita Gomes[2]

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a acessibilidade comunicacional no município de Jacobina-BA e como a comunicação acessível em Língua Brasileira de Sinais (Libras), pode transformar e melhorar a experiência turística das pessoas surdas. Atende em parte os propósitos de uma pesquisa mais ampla vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A Cidade de Jacobina-BA fica localizada no território de identidade do Piemonte da Diamantina e destaca-se no cenário turístico pela sua diversidade natural, cultural e histórica. A Cidade recebe com muita frequência pessoas de todas as localidades que vêm conhecer as cachoeiras, serras, trilhas, entre outros atrativos. As pessoas surdas não ficam de fora; a partir da convivência com surdos em experiências turísticas em Jacobina-BA, despertou-nos algumas inquietações que nos fez chegar à seguinte questão norteadora: Como a acessibilidade comunicacional pode contribuir para a experiência turística vivida pelas pessoas surdas na Cidade de Jacobina-BA? Desse modo, este artigo trará um pequeno recorte dos procedimentos e dados já encontrados na construção dessa pesquisa.

[1] Mestranda do Curso em Educação e Diversidade da PPGED/MPED Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus IV - Jacobina-BA. Email: carolainejess@gmail.com

[2] Doutor em Educação. Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus IV - Jacobina-BA. Email: antenorritagomes@gmail.com

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Denzin & Lincoln, (2006, p.23) os/as pesquisadores/as na pesquisa qualitativa, buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire conhecimento. Então, baseada na experiência real e atual dos participantes, a pesquisa foi realizada através da troca de experiências e relatos pessoais, valorizando a diversidade e pluralidade de cada indivíduo, pois cada sujeito é um ser pensante e praticante da sua própria realidade.

O método adotado foi a pesquisa colaborativa e como dispositivos, utilizamos o grupo de discussão e o grupo focal.

O grupo de discussão é utilizado para reproduzir o que acontece na sociedade. Reúne-se um grupo de pessoas para falar sobre determinado tema. Meinerz (2011) explica que essa discussão deve reproduzir os argumentos, as ideias, as motivações do grupo social a que pertencem seus participantes, e a constituição de diferentes grupos podem proporcionar variantes discursivas componentes do discurso social mais amplo. Cada participante é nada mais nada menos do que o representante de um determinado discurso, sendo que sua trajetória individual tem uma importância nesse contexto.

> O objetivo principal do grupo é elaborar, na interação de seus componentes, um discurso social. Busca-se, através desse discurso, numa microssituação artificial, reproduzir elementos de uma macrorrealidade social real. Os indivíduos falam para construir o grupo, fazendo com que o mesmo não seja uma finalidade, mas uma via para compreender algo. (Meinerz, 2011, p 494.)

O grupo focal tem o obetivo de aprofundar a compreensão das percepções, significados e experiências construídas pelos participantes ao longo do processo formativo. "O grupo focal configura-se como uma técnica de produção de dados que favorece a análise das construções coletivas, por meio da interação e do diálogo entre os participantes" (GATTI, 2005). O autor reforça que é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal. O grupo focal possibilita acessar diferentes perspectivas sobre uma mesma questão, favorecendo a compreensão dos processos de construção da realidade por determinados grupos sociais. Além disso,

ISSN: 2358-8829

permite analisar práticas cotidianas, atitudes e comportamentos recorrentes entre indivíduos que compartilham características comuns, consideradas relevantes para a investigação do problema em estudo.

Foi utilizado como meio de registrar todas as trocas durante os encontros, o diário de bordo digital. Segundo Santos e Weber (2018, p. 50), uma das principais características do diário é o "registro dos acontecimentos do dia a dia, ou seja, do cotidiano vivido e refletido pelo autor". E com os avanços tecnológicos, podemos utilizar o diário de bordo digital, que nos possibilita registrar todas as vivências e salvar na nuvem, facilitando assim, que o arquivo possa ser acessado de qualquer lugar em qualquer momento. Podemos também, acrescentar outras informações como hiperlinks que direcionam o leitor para outras abas, com fotos, vídeos, artigos, sites e etc…

Dessa forma, realizamos alguns encontros com os colaboradores, que foram as pessoas surdas da cidade de Jacobina-BA. Enviamos o convite em Libras via whatsapp, também publicamos nas redes sociais e pedimos para os participantes compartilharem e chamarem seus amigos e conhecidos surdos. Aconteceram três encontros na praça Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) e uma atividade de campo com uma visita guiada ao Parque da Macaqueira, local bastante importante historicamente para a cidade de Jacobina-BA.

Os resultados dos encontros realizados estão em processo de transcrição da Libras para o português escrito, toda interação e discussão durante os encontros aconteceram unicamente em Libras, L1 dos colaboradores. Exceto a visita guiada, o guia turístico que nos acompanhou ao Parque da Macaqueira não sabia Libras, mas os intérpretes de Libras realizaram a tradução e mediação de toda interação durante o encontro. A pesquisa completa passou por todo processo ético e foi aprovada pelo comitê de ética. As narrativas estão sendo analisadas a partir da análise interpretativa com inspiração etnográfica buscando compreender os sentidos atribuídos pelos participantes às suas experiências turísticas vividas em seu cotidiano na cidade de Jacobina-BA.

REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

No referencial teórico apresentamos os autores e autoras que inspiraram e direcionaram essa pesquisa. As autoras Strobel (2008) e Quadros (2017) defendem a surdez como diferença cultural e linguística, e não como deficiência, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais como língua de instrução, comunicação e identidade. A autora Quadros (2017), traz em seu livro *Língua de Herança* o contexto histórico da Língua Brasileira de Sinais e como essa língua já resistiu a diversas tentativas de dizimação pela opressão e imposição das línguas orais. Conforme a autora, a educação de surdos chegou ao Brasil em 1855, quando o imperador Dom Pedro II contratou o conde e professor surdo francês Ernest Huet para criar a primeira escola de surdos do Brasil, no Rio de Janeiro.

A escola ficou conhecida como Instituto dos Surdos-Mudos, instituição que atualmente é chamada de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A criação dessa escola ficou registrada na Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857. Lima (2020), traz algumas possibilidades sobre o motivo de Dom Pedro II ter trazido esse professor surdo para o Brasil. As teorias apontam para a possibilidade de que, em sua família, havia algum familiar surdo. Talvez o filho da Princesa Isabel, seu neto, fosse surdo, ou que seu genro fosse surdo, ou que ambos pudessem ser surdos.

No ano de 1880, Quadros (2017), conta que aconteceu o Congresso de Milão, na Itália, e ficou decidido que a educação de surdos deveria ser realizada através da oralização, somente de modo verbal e pela leitura labial. Desde então, os surdos foram proibidos de sinalizar e de usar as línguas de sinais. No Brasil, começou a se difundir o que chamavam de filosofia da comunicação total, inclusive no INES, os surdos tinham as mãos amarradas e eram torturados, pois muitos acreditavam que a Língua de Sinais era um código secreto por não compreenderem o que era dito através dos sinais. O Congresso de Milão constituiu o oralismo como única forma legítima e válida de comunicação e consolidou uma hegemonia do ouvir e do falar que traz seus resquícios até os dias atuais.

A Libras foi reconhecida oficialmente como língua e meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, o que é bastante recente levando em consideração o contexto histórico e político do Brasil. Depois surge o Decreto nº 5.626/2005, que define regras para o ensino de Libras em

ISSN: 2358-8829

cursos de formação de professores e fonoaudiólogos, estabelece diretrizes para a formação, atuação e certificação de tradutores e intérpretes de Libras e determina o acesso de pessoas surdas à educação e aos serviços públicos em Libras. Logo depois surge a Lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras e em seguida a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015,que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Bezerra (2025), retoma que, ao longo da história, diversas terminologias foram utilizadas para designar as pessoas com deficiência, muitas delas fundamentadas em concepções assistencialistas e excludentes, como "inválidos", "incapazes" e "excepcionais". Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o termo "pessoa portadora de deficiência" passou a ser incorporado à legislação brasileira. Entretanto, com os princípios dos Direitos Humanos e das discussões contemporâneas sobre inclusão, consolidou-se o uso da expressão "pessoa com deficiência", por compreender a deficiência como uma condição da pessoa, sem reduzi-la ou estigmatizá-la. Essa abordagem reconhece o sujeito em sua integralidade e orienta as práticas inclusivas na atualidade.

Segundo Bezerra (2025), uma pessoa é considerada surda quando sua audição não é funcional para a realização das atividades cotidianas. De acordo com o Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, a deficiência auditiva é caracterizada pela perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por meio de audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz (BRASIL, 2004). Nesse sentido, a autora conclui que do ponto de vista legal e clínico, não há distinção quanto ao fato de o indivíduo utilizar a oralidade, fazer uso de aparelho auditivo, comunicar-se por meio da Língua Brasileira de Sinais ou adotar outras formas de comunicação, sendo considerado pessoa com deficiência auditiva desde que se enquadre nos critérios estabelecidos no referido decreto.

Entretanto, a autora Quadros (2017), estabelece que a Libras deve ser reconhecida como língua legítima da comunidade surda, deslocando o enfoque da surdez de uma condição deficitária para uma diferença linguística e cultural, com direitos próprios de expressão e comunicação. Bezerra (2025) reforça que o conflito existente entre o aspecto clínico e cultural identitário da comunidade surda, contribui

para as dificuldades encontradas na identificação e na quantificação de cidadãos surdos e pessoas com deficiência auditiva em diferentes países, incluindo o Brasil.

> Ainda é preciso afirmar que LIBRAS é língua? Essa pergunta me faz pensar: na década de 1960, foi conferido à língua de sinais o status linguístico, e, ainda hoje, mais de quarenta anos passados, continuamos a afirmar e reafirmar essa legitimidade. A sensação é mesmo a de um discurso repetitivo. Entretanto, para a grande maioria, trata-se de uma questão alheia, e pode aparecer como uma novidade que causa certo impacto e surpresa. (Gesser, 2009, p.9)

Diferente das línguas orais que utilizam o canal oral-auditivo, as línguas de sinais utilizam o visual-espacial. Por esse motivo, são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou visual espacial), uma vez que a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida no espaço, pelas mãos, pelo movimento do corpo e pela expressão facial. "O fato de fazer uso da modalidade visual-espacial requer que os aprendizes ouvintes da Libras entrem em um mundo ao qual nunca foram expostos antes: o mundo da visão" (Jacobs, 1996 apud Pereira et al., 2011, p.99)

Strobel(2008), define que a cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, costumes e os hábitos do povo surdo. A autora retrata a diversidade dentro da cultura surda, a diferença dentro das diferenças, cada pessoa surda é um universo.

> Quando aceito a língua de outra pessoa, eu aceitei a pessoa… A língua é parte de nós mesmos… Quando aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los; devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdos… (Terje Basilier, psiquiatra norueguês, 1993 apud Gesser, 2009, p.81).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) estabelece que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar, com prioridade, a efetivação de direitos fundamentais, entre eles a acessibilidade, a comunicação, a cultura, a informação, o lazer e o turismo. Ao reconhecer esses direitos, a legislação brasileira assegura às pessoas surdas o acesso pleno às atividades turísticas, em condições de autonomia, segurança e dignidade.

ISSN: 2358-8829

> Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação e à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, das leis e de tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja parte. (BRASIL, 2015)

Oliveira e Perazzo (2012), com base na Organização Mundial do Turismo (OMT), definem o turismo como o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante viagens e estadas fora de seu ambiente habitual, por período inferior a um ano, com finalidades recreativas, profissionais ou outras. Os autores distinguem ainda diferentes modalidades, como o turismo interno ou doméstico, realizado no próprio país, o turismo externo ou internacional, e o turismo receptivo, relacionado ao acolhimento de visitantes por determinado território.

A partir dessas definições, torna-se evidente que a comunicação ocupa papel central na experiência turística. Não há turismo sem comunicação, uma vez que o acesso à informação, à mediação cultural e aos serviços depende, fundamentalmente, de processos comunicativos eficientes. Assim, a acessibilidade comunicacional configura-se como elemento indispensável para garantir que pessoas com deficiência, especialmente as pessoas surdas, possam participar plenamente das atividades turísticas (BRASIL, 2009).

O conceito de turismo acessível reforça essa perspectiva ao defender a adaptação de produtos, serviços e informações turísticas de modo a atender às diferentes necessidades dos sujeitos. Para Bezerra (2025), o turismo acessível refere-se à possibilidade de viajar para qualquer destino, de forma autônoma ou acompanhada, sem discriminação, o que implica a adequação de acomodações, transportes, atividades, informações e, sobretudo, da comunicação. Tal compreensão evidencia que a acessibilidade não se restringe às barreiras físicas, abrangendo também dimensões comunicacionais, atitudinais e informacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

A pesquisa está em andamento e os resultados estão em processo de análise, os encontros foram bastante produtivos, as pessoas surdas que participaram estavam bem engajadas e dispostas a contribuir com a pesquisa. Os resultados preliminares evidenciaram que a acessibilidade comunicacional constitui um elemento fundamental para a participação de pessoas surdas nas atividades turísticas. As narrativas compartilhadas pelos colaboradores até o momento apontam desafios relacionados ao acesso às informações sobre os atrativos turísticos, à ausência de recursos comunicacionais em Libras e à limitação de estratégias inclusivas voltadas à comunidade surda.

As discussões realizadas nos encontros também revelam que para além dos locais turísticos, os colaboradores sentem dificuldades em acessar outros setores que fazem parte de uma experiência turística completa, como por exemplo, ir ao restaurante e fazer seu pedido ou ficar hospedado em um hotel. Tais aspectos reforçam a importância da promoção de práticas acessíveis que reconheçam as especificidades linguísticas e culturais das pessoas surdas, contribuindo para experiências mais autônomas e inclusivas. Os resultados preliminares dialogam com os estudos de Strobel (2008) e Quadros (2017), ao evidenciarem a necessidade de considerar a Libras como elemento essencial para a garantia da participação social e do acesso aos bens culturais e turísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares indicam a existência de barreiras comunicacionais que podem dificultar o acesso às informações e à participação em atividades turísticas. Ao mesmo tempo, as narrativas dos colaboradores evidenciam a relevância da Libras e da adoção de estratégias acessíveis para a construção de experiências turísticas mais inclusivas. Apesar das barreiras e dificuldades comunicacionais, algumas das pessoas surdas que participaram da pesquisa, tiveram uma experiência turística em Jacobina-BA bastante proveitosa, gostam de passear com os amigos, fazer trilhas, visitar as cachoeiras e frequentar os estabelecimentos locais, ao final dessa pesquisa, será realizado colaborativamente um guia visual para o turismo local a partir da experiência turística vivida pelas pessoas surdas. Espera-se que a continuidade da investigação contribua para o fortalecimento das discussões sobre turismo acessível e para a

elaboração de recomendações voltadas à melhoria da comunicação nos espaços turísticos do município.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; Turismo; Acessibilidade Comunicacional; Jacobina-BA.

REFERÊNCIAS

BEZERRA**, José Geimison Tavares.** Acessibilidade comunicacional: um estudo sobre a experiência de surdos em um premiado museu da cidade do Recife. 2025. Dissertação (Mestrado em Hotelaria e Turismo) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/turismo-acessivel. Acesso em: 05 jan. 2026.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005. (Série Pesquisa em Educação, v. 10).

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LOPES, Kleber Henrique Cavalcanti. **Turismo: o surdo e a viagem**. 2017. 66 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e a multirreferencialidade nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2021.

MEINERZ, Carla Beatriz. Grupos de discussão: possibilidades para a investigação em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 33, p. 491-508, maio/ago. 2011.

OLIVEIRA, Antonio dos Santos; PERAZZO, Priscila Ferreira. Conceitos e definições sobre turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2012.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha *et al*. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de herança: língua brasileira de sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a diferença: o surdo**. Petrópolis: Vozes, 2008.